

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 528.947 - DF (2019/0250395-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : LUIZ VICTOR RODRIGUES DE LEMOS**  
**ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E**  
**DOS TERRITORIOS**

## **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. POSSE DE DROGA PARA CONSUMO PRÓPRIO. FALTA GRAVE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Apesar de o tipo não mais cominar pena privativa de liberdade, não houve descriminalização da conduta prevista no art. 28 da Lei n. 11.343/2006. Assim, a teor dos precedentes desta Corte, a posse de drogas no curso da execução, ainda que para uso próprio, constitui falta grave, nos moldes do art. 52 da LEP, pois o preso que pratica fato previsto como crime doloso durante o resgate das penas não demonstra comportamento adequado, apto a atrair os benefícios do sistema progressivo.

2. Agravo regimental não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

